





**PECÉM II PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ nº 16.523.901/0001-06

	Consolidado	
	2021	2020
líquido dos estoques.	4.049	1.578
Materiais, suprimentos e outros (a)	153.593	25.988
Carvão (b)	11.501	6.889
Peças eletrônicas e mecânicas (c)	2.353	1.211
Lubrificantes e químicos	171.496	35.666

a. Saldo referente a materiais consumíveis necessários ao funcionamento da UTE, tais como óleo diesel e cal. b. Variação explicada pelos seguintes fatores: (i) aumento da curva de despacho observada no início do 1º semestre de 2021, o que demandou reposição dos estoques de carvão e (ii) redução da demanda por energia a partir do 2º semestre de 2021, devido à pandemia de COVID-19. c. O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações e manutenções realizadas na usina. 10. Impostos a recuperar e diferidos: Os encargos de IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia e sua controlada quando gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e sua controlada nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IRPJ e a CSLL corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando há montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das Demonstrações Financeiras. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. As despesas de IRPJ e CSLL do período são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. **Impostos a recuperar:** O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda - IRPJ	51	26	32.337	31.644
Contribuição Social - CSLL	7	1	11.829	2.012
	58	27	44.166	33.656

de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos. **Classificação e mensuração subsequente:** Ativos e passivos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas cotadas frente às vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo para receber seus fluxos de caixa contratuais; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e (iii) Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recente está demonstrada a seguir: (i) **Nível 1:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) **Nível 2:** são informações, que não incluem determinados cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; (iii) **Nível 3:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo. A descrição dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízos fiscais	77.178	-	77.178	-
Provisões	-	11.805	-	11.805
Depreciação acelerada	-	-	(29.415)	(29.415)
	77.178	11.805	88.983	59.568

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, segue abaixo demonstrativo da projeção para os próximos anos iniciando por 2021:

Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
	5.353	13.952	13.128	14.419	20.950	21.181	88.983

**Reconciliação da taxa efetiva:** Em 31/12/2021 e 2020, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (aliquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (aliquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é de mostrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	170.642	47.680	208.856	48.837
Aliquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(58.018)	(16.211)	(71.011)	(32.720)
Diferenças permanentes	-	-	(1.027)	916
Resultado de Equivalência Patrimonial	57.998	16.073	-	26.772
Redução Benefício SUDENE e PAT	-	-	33.805	3.737
Constituição do diferido devido o modelo de recuperabilidade	-	24	-	24
Compensação Prejuízo	-	40	-	40
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(20)	(74)	(38.233)	(1.231)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(20)	(74)	(12.086)	(765)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-	-	(26.147)	(466)
Total	(20)	(74)	(38.233)	(1.231)
Aliquota efetiva	(0,01%)	(0,16%)	(18,31%)	(2,52%)

11. Investimento: Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Participações societárias	1.156.048	1.048.721	1.156.048	1.048.721

Em 31/12/2021 e 2020, os saldos dos principais grupos de contas da investida são os seguintes:

	Controlada		Controladora		Consolidado	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Pecém II Geração de Energia S.A.	594.972	1.639.962	217.657	861.229	1.156.048	170.560

	Controlada		Controladora		Consolidado	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Pecém II Geração de Energia S.A.	377.831	1.729.976	153.325	905.761	1.048.721	47.400

a. Destinação de dividendos a receber da controlada Pecém II Geração, sendo que em 2021 foi recebido o valor R\$ 31.059 referentes ao exercício 2020 restando a receber R\$ 32.174 do exercício 2021.

12. Imobilizado:

	Consolidado	
	2021	2020
Terrenos	-	-
Edificações	449.161	1.562.756
Obras Civis Benfeitorias	-	-
Máquinas e Equipamentos	904	18.853
Equipamentos Informáticos	153.464	153.464
Móveis e Utensílios	2.988	13.226
Imobilizado em Curso	13.226	2.201.352
Custo de desmanche e Direito de Uso	2.201.352	2.201.352

**Avaliação de Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** Segundo o pronunciamento técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar a cada exercício de divulgação, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível). Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso. A controlada avaliou que não foi necessário a realização do teste de recuperabilidade pois não foram identificados indicadores de perda. Com isso não há constituição e/ou reversão de provisão para impairment no ativo imobilizado e intangível em 31/12/2021. 13. Intangível: **Prática contábil:** Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos a partir da data em que esses estão disponíveis para uso. Esses métodos são os que melhor refletem o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados nos diferentes ativos. O montante de R\$ 639 em 31/12/2021 (R\$ 708 em 31/12/2020) refere-se a Licenças de softwares utilizados nas atividades da Companhia e a um saldo de intangível em andamento, referente a gastos incorridos que ainda não foram concluídos ou utilizados. A amortização é calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de 5 anos. A amortização acumulada no exercício de 2021 foi de R\$ 509 (R\$ 666 em 31/12/2020). Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. 14. **Imposto e contribuições a recolher:** O saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar é composto por:

	Consolidado	
	2021	2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	27.268	25.070
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	12.073	1.332
	39.341	26.402

A Companhia e sua controlada são tributadas com base no regime de Lucro Real efetuando as antecipações mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos da legislação vigente. A seguir apresentamos os saldos dos demais impostos e contribuições a recolher:

	Consolidado	
	2021	2020
ICMS	2.175	1.072
PIS, COFINS e IOF	-	3.952
Tributos de Importação	-	22
Outros	734	826
	2.909	5.872

15. **Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **Prática contábil:** Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais

de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos. **Classificação e mensuração subsequente:** Ativos e passivos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas cotadas frente às vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo para receber seus fluxos de caixa contratuais; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto a sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e (iii) Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recente está demonstrada a seguir: (i) **Nível 1:** são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) **Nível 2:** são informações, que não incluem determinados cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; (iii) **Nível 3:** são informações não observáveis para o ativo ou passivo. A descrição dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros incluídos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	Consolidado					
	2021		2020			
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros						
Caixa e Equivalente de Caixa	73.815	-	73.815	61.683	-	61.683
Títulos e valores mobiliários	130.627	-	130.627	110.157	-	110.157
Operações comerciais	1.001	-	1.001	2.891	-	2.891
Depósito vinculado	438	-	438	333	-	333
Contas a receber	160.091	-	160.091	128.604	-	128.604
	365.972	-	365.972	303.668	-	303.668

	Controladora					
	2021		2020			
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros						
Caixa e Equivalente de Caixa	1.110	-	1.110	1.514	-	1.514
Títulos e valores mobiliários	1.738	-	1.738	1.801	-	1.801

Estimativa do valor justo: Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	Consolidado							
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	131.737	-	131.737	-	110.157	-	110.157
	-	131.737	-	131.737	-	110.157	-	110.157

Risco de mercado: Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros. Risco de variação de preço (commodities): O risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia na termelétrica Pecém II. O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termelétrica. A seguir, é apresentada a projeção de risco e sensibilidade dos montantes médios dos exercícios de 2021 e 2020:

	2021			2020				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	1.110	-	1.110	-	1.514	-	1.514
	-	1.110	-	1.110	-	1.514	-	1.514

2021

	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (alta 25%)	API2 / CIF ARA (alta 50%)
Receita variável (Ccomb)	654.113	817.641	981.169
Custo variável (Carvão)	(579.314)	(720.324)	(861.333)
Resultado variável	74.799	97.317	119.836

2020

	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (alta 25%)	API2 / CIF ARA (alta 50%)
Receita variável (Ccomb)	127.291	159.114	190.937
Custo variável (Carvão)	(104.809)	(131.642)	(158.474)
Resultado variável	22.482	27.472	32.463

Geração de energia - MWh

	2021	2020
Consumo de carvão tn.	1.626.424	919.077
CIF ARA	789.116	388.263
API2	129.20	53.25
Prêmio	129.20	53.25
Fator i	3,50	(1,25)
FX	0,53	0,53
	5,28	4,96

Posições do risco de crédito

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalente de caixa	628	287	73.815	61.683
Títulos e valores mobiliários	1.110	1.514	130.627	110.157
Contas a receber de clientes	-	-	160.091	128.604
Depósito vinculado	-	-	438	333
	1.738	1.801	364.971	300.777

Risco de Liquidez: A Companhia e sua controlada monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31/12/2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Consolidado				
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos					
Fornecedores	-	77.295	4.417	-	81.712
Operações comerciais	-	-	-	-	10.622
Mútuos	50.477	51.203	104.183	325.437	706.849
	50.477	128.498	108.600	325.437	1.238.149

Gestão de Capital: Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ajustada a estrutura de capital da Companhia e sua controlada, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. 16. **Provisão para contingências:** A Companhia e sua controlada são parte em ações judiciais trabalhistas e ambientais, assim como processos administrativos regulatórios avaliados pelos assessores jurídicos. **Prática contábil:** A Companhia e sua controlada constituem uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que haverá provável desembolso de caixa para seu encerramento. O saldo da provisão para contingências no exercício encerrado em 31/12/2021 é apresentado abaixo:

	Consolidado				
	2020	2021	Saldo acumulado	Reversal	Saldo atualizado
Trabalhista (a)	14.377	3.111	(3.211)	1.507	15.784
Ambiental	-	-	-	-	-
	14.377	3.111	(3.211)	1.507	15.784

17. **Partes relacionadas: Prática contábil:** As transações de compra e de venda de energia, de prestação de servi-





**PECÉM II PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ nº 16.523.901/0001-06

ços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos. A Companhia e sua controlada são administradas pela Diretoria Executiva de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social. Em 31/12/2021 e 2020, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Consolidado			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Mútuo</b>				
ENEVA S.A. (a)	-	-	852.015	864.474 (84.434) (16.036)
<b>Operações comerciais</b>				
Itaqui Geração de Energia S.A.	612	2.450	22	389 (3.548) 115
ENEVA S.A.	324	140	9.180	9.091 (30) (46.272)
Eneva Participações S.A.	-	-	219	-
Eneva Comercializadora de Energia	-	241	-	2.571 (7.536)
Parnaíba Geração e Com. En.	-	-	-	(16)
Parnaíba II Geração de En.	-	-	-	(3)
Pecém Operações e Manut de Unidades de Operações Elétricas	-	-	206	- (2.479)
Porto do Pecém Transportadora de Minério S.A.	-	-	1	- (6.861)
Outras	65	60	4.396	1.853 1.047 (18)
	1.001	2.891	14.024	13.904 (2.550) (63.051)
	1.001	2.891	866.039	878.378 (86.984) (79.087)

a. O saldo é composto por contrato de mútuo celebrado com a Eneva (mutuante) sujeito a juros de mercado (104% do CDI) e com prazo de vencimento indeterminado, no montante de R\$ 862.015 (R\$ 864.474, em 31/12/2020). A variação corresponde ao novo mútuo que foi iniciado em 17/08/2020, ou seja, impactou o resultado por apenas 5 meses em 2020 contra 12 meses em 2021, combinado com um CDI e IPCA mais elevado em 2021 se comparado com 2020: CDI 2020 - 2,77% (Médio 12M). CDI 2021 - 4,46% (Médio 12M). IPCA 2020 - 4,52%. IPCA 2021 - 10,06%. Para os valores a receber de companhias ligadas identificadas como partes relacionadas, a Administração entende pela não constituição de PCE, devido a compensação ser realizada através das transações mantidas entre as partes. A administração realiza análises periódicas sobre a estrutura de capital e a melhor alocação dos fluxos de caixa de acordo com a estratégia da Companhia Eneva S.A.. **Remuneração dos membros da Diretoria:** De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração da controladora Eneva S.A. efetuar a distribuição da verba entre os mesmos. **18. Patrimônio Líquido:** 18.1. Capital Social: O capital social da Companhia em 31/12/2021, está dividido em 981.423 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

	2021	2020
Acionista	Quantidade	% Quantidade
Eneva S.A	981.423	100,00% 1.000.432 100,00%
<b>Total</b>	<b>981.423</b>	<b>100,00% 1.000.432 100,00%</b>

18.2. Dividendos: O estatuto da Companhia é omissivo quanto ao valor a ser pago. Desta forma, a Companhia deverá observar as disposições do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que determina quando o estatuto for omissivo e a Assembleia Geral deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre a matéria, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I deste artigo. Em 31/12/2021 foi constituído dividendo mínimo obrigatório de 50% no montante de R\$ 64.377 e em 31/12/2020 foi de R\$ 5.547. 18.3 Reserva legal: De acordo com a Lei 6.404/76 art. 193, a porcentagem de 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinada para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social e/ou 30% da reserva legal constituída mais a reserva de capital. Em 31/12/2021 foi constituído reserva no montante de R\$ 8.531 e em 31/12/2020 foi de R\$ 1.358. 18.4 Reserva de lucro: A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo conselho de administração e submetido à Assembleia Geral. Em 31/12/2021 foi constituído reserva no montante de R\$ 64.377 e em 31/12/2020 R\$ 16.640. 18.5 Reserva de incentivos fiscais: A controlada Pecém II Geração obteve junto a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) o direito ao benefício fiscal referente a redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2023, calculado com base no lucro de exploração. Em 31/12/2021, o saldo dessa reserva foi de R\$ 33.337. Em 31/12/2020 o saldo dessa reserva era de R\$ 15.286. 18.6 Distribuição do resultado: A distribuição do resultado em 31/12/2021, está representada da seguinte forma:

	2021	2020
<b>Lucro do exercício</b>	<b>170.623</b>	
Reserva legal	(8.531)	
Reserva de incentivo fiscal	(33.337)	
<b>Base para distribuição</b>	<b>128.755</b>	
Dividendo mínimo obrigatório (50%) *	(64.378)	
<b>Reserva de Lucro</b>	<b>64.377</b>	

\* O estatuto da companhia é omissivo quanto ao mínimo, portanto, neste caso, devemos destinar 50% do lucro, conforme Art. 202 da Lei 6.404/76.

**19. Receita de venda de bens e/ou serviços:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da sua controlada. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto for transferido para o cliente. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

	Consolidado	2021	2020
<b>Receita bruta</b>			
Disponibilidade (ACR)	(a)	419.064	398.892
Venda de energia (ACR)	(b)	740.612	159.992
Venda de energia (ACL)	(c)	29.613	72.575
		<b>1.189.289</b>	<b>631.459</b>
<b>Deduções da receita</b>			
Impostos sobre vendas	(d)	(113.746)	(61.103)
P&D	(e)	(10.590)	(5.628)
Penalidades por indisponibilidade	(f)	(5.940)	(1.863)
		<b>(130.276)</b>	<b>(68.594)</b>
<b>Total da receita líquida</b>		<b>1.059.013</b>	<b>562.865</b>

**Ambiente de Contratação Regulada (ACR):** As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada ciclo contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes. Esse tipo de contrato tem como objetivo, minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela Aneel. **(a) Disponibilidade ACR (Receita fixa):** Essa modalidade de receita tem por objeto remunerar o empreendimento de geração mantido a disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"). **(b) Venda de Energia ACR (Receita Variável):** Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente, de acordo com

a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício. **Ambiente de Contratação Livre (ACL):** O segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. **(c) Venda de energia ACL:** Na operação de contratação em ambiente livre a controlada tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre. **Deduções da receita: (d) Pesquisa e desenvolvimento (P&D):** As empresas reguladas pela ANEEL, têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24/07/2000, e por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico. **(e) Penalidades por indisponibilidades:** Essa penalidade visa punir as usinas termelétricas que não atenderam as instruções de despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) por falta de combustível. O cálculo é realizado mensalmente, adotando uma disponibilidade mínima como gatilho e utilizando o CVU (Custo Variável Unitário) da usina como base para o cálculo da multa. Ou seja, essa penalidade está vinculada diretamente ao comprometimento de energia garantida no contrato de CCEAR (modalidade de receita por disponibilidade). A previsão regulatória desta penalidade está na resolução normativa ANEEL nº 827/2018. **20. Custos e Despesas por natureza:** A composição dos custos de geração de energia e das despesas operacionais é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
<b>Custo</b>		
Custos regulatórios	-	(33.637) (31.237)
Depreciação e amortização	-	(84.738) (83.187)
Despesas com alugueis	-	(14.750) (11.780)
Despesas com pessoal	-	(37.639) (31.762)
Energia elétrica para revenda	-	(25.302) (67.609)
Insumos de geração (a)	-	(547.244) (120.736)
Material de consumo	-	(5.733) (1.615)
Seguros operacionais	-	(7.275) (1.792)
Serviços de terceiros	-	(15.672) (17.872)
Outras	-	(10.790) (19.392)
	-	<b>(782.780) (386.982)</b>

**Despesas administrativas e gerais**

Serviços com pessoal		(1.504)	(1.624)
Serviços de terceiros	(34)	(81)	(8.395) (7.618)
Depreciação e amortização	-	-	(1.017) (568)
Outras	(71)	(59)	(461) (189)
	<b>(105)</b>	<b>(140)</b>	<b>(11.377) (9.999)</b>

**Outras receitas e despesas**

Contingências	-	-	(1.430) 7.433
Outras receitas (despesas)	-	497	5.300 (928)
	<b>(105)</b>	<b>497</b>	<b>3.870 6.505</b>
		<b>(105)</b>	<b>357 (790.287) (390.476)</b>

a. O aumento está relacionado diretamente ao maior despacho de energia no ambiente contratual regulado ("ACR").

**21. Resultado financeiro:** A composição do resultado financeiro da companhia e de sua controlada é demonstrada como segue:

	Consolidado	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>			
Aplicação financeira		8.915	5.447
Multas e juros recebidos ou auferidos		30.455	245
Varição cambial e monetária		2.705	13.369
Atualização sobre impostos		-	42
Descontos obtidos		-	1.755
Outros		2.470	1
		<b>44.545</b>	<b>20.859</b>

**Despesas financeiras**

Encargos da dívida	-	(69.358)
Multa e juros pagos ou incorridos	(44)	(34)
IOF	(663)	(585)
Amortização custo de transação de empréstimos	-	(5.866)
Comissão sobre fianças bancárias	-	(1.574)
Juros de provisão de abandono	(1.522)	-
Juros de passivos de arrendamento	(1.131)	(1.344)
Juros sobre mútuos	(32.527)	(16.036)
Varição cambial e monetária	(62.764)	(35.192)
Outros	(5.764)	(14.296)
	<b>(104.415)</b>	<b>(144.285)</b>
	<b>(59.870)</b>	<b>(123.426)</b>

**Resultado Financeiro**

As principais variações no ano de 2021 consistem na redução dos juros incorridos sobre os empréstimos ("encargos da dívida"), em decorrência, principalmente, da reestruturação das dívidas da Companhia, e no recebimento de juros referentes à Decisão Judicial CAD 1217 - DSP 3.013/13 (referente ao juros da receita fixa não paga em 2013 e recebida em 2018) no valor de R\$ 30.362.798,82. **22. Cobertura de seguros:** A Companhia, considerando a natureza de sua atividade, adota a política de contratar cobertura de seguros de acordo com as melhores práticas de mercado e com limites considerados pela Administração como adequados para cobrir eventuais sinistros. A seguir, demonstramos os principais ativos ou interesses cobertos e seus respectivos montantes, vigentes em 31/12/2021 e 2020: Nota 1: O seguro de Responsabilidade Civil Geral é compartilhado entre Pecém I (EDP) e Pecém II (Eneva S.A.). Nota 2: O seguro de Risco Operacional e Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O) é contratado pela Eneva S.A. e se estende à todas as SPE's. Sendo assim, o limite máximo de indenização é destinado à todas as companhias, e não somente para Pecém II.

	2021	2020
Valores expressos em R\$ e US\$ mil		
USD 300.000		USD 500.000
BRL 250.000		BRL 250.000

Abaixo as principais apólices em vigor:

**23. Eventos subsequentes: Distribuição de dividendos:** Em 11/02/2022, foi deliberada a distribuição e pagamento de dividendos intermediários, no valor total de R\$47.002 mil, calculados com base no balanço patrimonial levantado em 30/09/2021, especificamente para esse fim.

Diretoria		
<b>Sergio Campodarve</b> Diretor Presidente	<b>Lino Lopes Cançado</b> Diretor	<b>Marcelo Habibe</b> Diretor
Controller		Contador
<b>Ana Paula Alves do Nascimento</b> CRC-RJ 086983/O-0		<b>Bruno Campelo de Azevedo</b> CRC-RJ 106648/O-9

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da Pecém II Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pecém II Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pecém II Participações S.A. em 31/12/2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo

nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 29/04/2022. KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Hugo Hermes Blezer - Contador CRC RJ-109093/O-5.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>